

Uma Investigação Sobre a Percepção dos Colaboradores de uma Cooperativa de Crédito Sobre a Eficiência e a Eficácia do Controle Interno

Marcos Michalichen (Universidade Estadual do Centro Oeste - Unicentro), michalichentgm@gmail.com
Flávio Ribeiro (Universidade Estadual do Centro Oeste - Unicentro), prof.flavio_ribeiro@yahoo.com.br

Resumo: No atual cenário mundial, em que as empresas passam por frequentes mutações no sentido de atender as exigências impostas pelo processo de modernização, a auditoria contábil apresenta-se como ferramenta indispensável, auxiliando na diminuição de possíveis erros e riscos e assim possibilitando maior controle administrativo. Nesse sentido, o objetivo do estudo é Este trabalho objetiva verificar a percepção dos colaboradores das Unidades de Atendimento da Cooperativa de Crédito em relação à qualidade dos controles internos. Quanto à metodologia utilizada, a pesquisa será descritiva pelo fato da realização da coleta, exame e análise de dados da empresa em estudo, a interpretação e descrição das características. Bibliográfica por ser realizada por meio de levantamentos em fontes secundárias, permitindo uma visão geral do assunto pesquisado. Documental por utilizar relatórios da empresa pesquisada, onde serão extraídos os dados necessários para a realização da pesquisa. De levantamento, pois será feito a coleta de dados da população em análise através de questionários que serão aplicados aos Gerentes Administrativos e Coordenadores Administrativos de suas respectivas UAs. Nesse sentido, o estudo demonstrará qual o nível de percepção dos colaboradores da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Centro Sul PR/SC- SICREDI- quanto à qualidade do controle interno.

Palavras-chave: Cooperativa de Credito, Colaboradores, Eficiência, Eficácia e Controle Interno.

An Investigation on The Perception of Employees of a Cooperative Credit on Efficiency and Effectiveness of Internal Control

Abstract: In the current global scenario, in which firms undergo frequent mutations in order to meet the requirements of the modernization process, the accounting audit presents itself as an indispensable tool, aiding in the reduction of errors and risks and thus enabling greater control administrative. In this sense, the objective of the study is This work aims to verify the perception of employees of the Service Units of Cooperative Credit in relation to the quality of internal controls. Regarding the methodology, the research will be descriptive because the day of collection, examination and analysis of company data in the study, interpretation and description of features. Literature to be accomplished by means of surveys of secondary sources, allowing an overview of the subject studied. Documentary reports for use of the company studied, where data needed for the research will be extracted. Survey, it will be made to collect data on the population analysis through questionnaires to Administrative Administrative Managers and Coordinators of their respective PSCs will be applied. In this sense, the study demonstrate that the level of awareness of employees of the Cooperative Credit Free Admission Center South PR / SC SICREDI- about the quality of internal control.

Keywords: Cooperative Credit, Employees, Efficiency, Effectiveness and Internal Control.

1 INTRODUÇÃO

As cooperativas de crédito vêm aumentando sua participação no mercado em relação ao sistema financeiro nacional, devido à busca dos associados pela melhor administração de seus recursos financeiros como também pelo desenvolvimento da própria comunidade. Segundo dados disponibilizados pelo BACEN- Banco Central do Brasil, o SNCC- Sistema Nacional

De Crédito Cooperativo cresceu cerca de 21% no ano de 2013 enquanto o Sistema Financeiro Nacional cresceu 10%, em Ativos Totais (PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2014).

Para que as cooperativas de crédito se desenvolvam e cumpram com seu papel, o mercado exige que estas sigam leis, normas e procedimentos pré-estabelecidos. Nesse contexto, as instituições financeiras que integram o Sistema Financeiro Nacional seguem as normas contábeis e operacionais ditadas pelo Conselho Monetário Nacional. É de responsabilidade do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários regulamentar, fiscalizar e controlar estas leis. Foi definido o COSIF (Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional) para ser seguido pelas instituições financeiras. Sobre o COSIF, sabe-se que o mesmo tem por objetivo uniformizar registros contábeis dos atos e fatos administrativos praticados, estabelecendo regras, critérios e procedimentos para a divulgação dos dados, de modo que as demonstrações contábeis elaboradas expressem com fidedignidade e clareza a real situação econômico-financeira da instituição.

De acordo com Attie (2007, p. 107) “a função da auditoria interna dentro de uma empresa é ser, de forma indireta, os olhos da administração; portanto, observar a empresa dentro de parâmetros da administração”. Percebe-se desta forma que a auditoria interna constitui uma ferramenta de suporte a administração examinando as demonstrações de forma a expressar uma opinião e avaliando se as demonstrações foram elaboradas adequadamente nas normas e procedimentos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Auditoria

A contabilidade é um instrumento importante na obtenção de informações a respeito da saúde financeira e econômica das empresas para os usuários sejam eles proprietários, acionistas, sócios e demais interessados. Para garantir que as informações que estão contabilizadas são verdadeiras, surge a importância da auditoria. O período do surgimento da auditoria independente é apresentado por Almeida (2009, p.25) “a partir do momento em que o crescimento do mercado e a competitividade entre empresas impuseram a ampliação de suas instalações, investimentos e a criação de controles internos”.

A auditoria surgiu, conforme Attie (2010) com o objetivo de garantir a veracidade dos dados informados pelas entidades em seus registros contábeis e representar adequadamente a posição patrimonial e financeira da entidade. Para Crepaldi (2013, p.4) e é definida como: “processo pelo qual o auditor se certifica da veracidade das demonstrações financeiras preparada pela companhia auditada”.

Segundo o IBRACON (2014), o auditor independente exerce importância fundamental assegurando a credibilidade das informações financeiras de determinada entidade, opinando se a mesma retrata a real posição patrimonial-financeira aumentando a segurança e a confiança do usuário. Após as análises das informações das demonstrações contábeis o auditor expressa sua opinião sobre a clareza e a veracidade das demonstrações analisadas, expressando a sua posição a respeito. Existem vários tipos de auditoria, como por exemplo, auditoria ambiental, fiscal, tributária, auditoria interna e auditoria independente (externa). Como existe muita semelhança entre as auditorias interna e externa, o Quadro 1 irá diferenciá-las para facilitar a interpretação entre as duas.

Como esse trabalho evidencia a importância do controle interno, terá como foco principal a auditoria interna. A auditoria interna permite maior controle sobre o patrimônio da empresa como também analisar se os processos desenvolvidos limitam a ocorrência de fraudes.

TIPOS	AUDITORIA INTERNA	AUDITORIA EXTERNA
Propósito de Trabalho	Análise da atividade operacional	Emissão de opinião sobre demonstrações contábeis
Parâmetros para a execução do trabalho	Normas de controle interno, políticas e procedimentos da empresa	Princípios fundamentais de contabilidade
Preocupação com os controles internos	Eficiência e qualidade de controle	Efeitos relevantes nas demonstrações contábeis
Dependência Profissional	Dependência do emprego	Independência Profissional
Forma de Relatórios	Não padronizados	Padronizados
Principais Usuários	Gestores da Empresa	Acionistas, mercado de capitais e credores

Fonte: Adaptado de Pacheco, Oliveira e La Gamba (2006)

Quadro 1 - Diferença Entre Auditoria Interna E Externa

Para Attie (2007, p.34): “A atividade de auditoria está estruturada em procedimentos, com enfoque técnico, objetivo sistemático e disciplinado, e tem por finalidade agregar valor ao resultado da organização, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos,”. Assim, a auditoria interna fornece informações sobre os controles internos desenvolvidos pela empresa, examinando os processos e oferecendo sugestões e recomendações para o aperfeiçoamento do sistema.

2.1.1 Normas de Auditoria

Como em qualquer função ou profissão existem normas e regras, na auditoria não poderia ser diferente. As normas estabelecidas por órgãos reguladores devem ser seguidas pelo auditor no desempenho de sua função. Para Franco e Marra (1996, p. 51) as normas de auditoria para emissão de um parecer “fixam limites nítidos de responsabilidades, bem como dão orientação útil quanto ao comportamento do auditor em relação a como capacitação profissional e aos aspectos requeridos para a execução de seu trabalho”.

Competência técnico-profissional	Deve sempre estar atualizado de acordo com as Normas e Princípios da Contabilidade e ter conhecimento das atividades as quais irá auditar.
Independência	Devem manter a independência, integridade, objetividade e comportamento ético e profissional com relação a seus clientes e profissionais auxiliares.
Responsabilidade na Execução do Trabalho	Na execução do trabalho deve demonstrar o máximo de cuidado e habilidade para evitar o mínimo, através das normas e ética profissional a margem de erros e proceder com o máximo de imparcialidade em suas conclusões.
Honorários Profissionais	Antes de iniciar os trabalhos de auditoria, devem ser ajustados os honorários que serão cobrados, constando na carta-proposta elaborada .
Guarda da documentação	Toda a documentação utilizada deve ser guardada no prazo de 5(cinco) anos contada a partir da data da emissão do parecer em boa ordem.
Sigilo	O auditor em hipótese alguma poderá fornecer informações, salvo sob autorização escrita e discriminada das quais informações poderão ser disponibilizadas.
Utilização do Trabalho do Auditor	Mesmo com a contribuição do contador na função de auditor interno, o auditor independente deixará de responsabilizar-se pelo trabalho realizado.
Utilização do Trabalho de Especialistas	O auditor continuará sendo responsável pelas informações mesmo utilizando-se de trabalhos de especialistas devidamente habilitados, não se eximindo da responsabilidade.
Manutenção dos Líderes de Equipe de Auditoria	Para evitar que se crie um elo de proximidade, se faz necessário o rodízio das equipes num período menor ou igual de 5 anos, e dos líderes destas equipes por um intervalo mínimo de 3 (três) anos.

Fonte: Adaptado de Attie (2010)

Quadro 2- Normas Profissionais Do Auditor Independente

As normas de auditoria são estabelecidas pelos órgãos regularizadores da profissão contábil, orientando os profissionais na execução de sua função. São elaboradas principalmente pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pelo Instituto Brasileiro de Contabilidade (IBRACON). De acordo com Sá (1998, p.216) “as normas contábeis devem ser objeto de atenção dos auditores porque, sendo a tarefa destes calçada naquelas, são dessas que ele deve certificar-se.”

O Conselho Federal de Contabilidade através da resolução CFC nº 751 de 29.12.1993 e atualizada pela resolução CFC nº 980 de 24.12.2003 estabelece as normas profissionais do auditor independente. A NBC P1 define as seguintes normas do auditor independente conforme exposto no Quadro 2: As normas quando seguidas corretamente obtêm resultados eficientes, completos à fim de assegurar a uniformidade, veracidade e a qualidade do trabalho. Trabalhos executados com erros gerarão resultados incorretos, e a qualidade estará comprometida.

2.2 Auditoria Interna

O papel da auditoria interna é de assessorar a administração da empresa avaliando e aperfeiçoando os processos por meio de exames, visando adequar os controles internos da entidade. Sobre o conceito de auditoria interna, Attie (2007) ressalta que abrange os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação de integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informação e de controles interno integrados ao ambiente e de gerenciamento de riscos, a fim de ajudar a administração da entidade a cumprir seus objetivos.

A auditoria interna revela a eficiência e a eficácia dos controles internos existentes na empresa, certificando que o sistema está operando conforme proposto, seguindo políticas e normas definidas e também revisar operações e serviços prestados. Confirmando o conceito de auditoria Attie (2007, p.53) ressalta que: “o trabalho de auditoria, tende a ser encaminhado para o conhecimento dos sistemas e controles internos existentes na empresa”.

A auditoria interna é desenvolvida por um funcionário da empresa que deve estar subordinado ao cargo mais alto da empresa. A Figura 1 abaixo, demonstra que a auditoria interna ela encontra-se abaixo da Presidência da e acima de toda a diretoria e gerencia pela necessidade da autonomia e independência, para que se reporte a diretoria máxima da empresa. O auditor pode executar uma auditoria contábil ou operacional usando um nível elevado de teses para fundamentar seu relatório e apresentar sugestões e recomendações. O auditor interno é a pessoa de maior confiança dos dirigentes.

2.3 Controles Internos

Diante a complexidade e quantidade de operações desenvolvidas pelas organizações, tem-se que os controles internos são fundamentais para o desenvolvimento da empresa, pois garantem que os objetivos sejam cumpridos.

O objetivo de controle interno se confirma com o exposto por Attie (2010) é atestar que o controle interno compreende meios planejados numa empresa para dirigir, restringir, governar e conferir suas atividades com o propósito e cumprir seus objetivos. Os meios de controle incluem, mas não se limitam a forma de organizações, políticas, sistemas, procedimentos, instruções, padrões, comitês, plano de contas, estimativas, orçamentos, inventários, relatórios, registros, métodos, projetos, segregação de funções, sistema de autorização e aprovação,

conciliações, análise, custódia, arquivo, formulários, manuais de procedimentos, treinamentos, carta de fiança etc.

A importância dos controles internos fica evidente na geração de relatórios, na proteção de ativos e na elaboração das demonstrações contábeis que serão desenvolvidas de forma precisa, confiável e fidedigna. Com isso, o planejamento e as decisões tomadas pela empresa serão baseados em informações qualificadas. Para Franco e Marra, (1991, p.299), “a segurança maior no que concerne a evitar desvios, desfalques etc. repousa na eficiência dos controles internos”. Percebe-se que a aplicação dos controles internos garante que os procedimentos definidos sejam seguidos e impeçam a ocorrência de fraudes e erros.

Um bom controle interno está associado ao auxílio do atingimento de suas metas e objetivos definidos e garantir que suas operações sejam registradas corretamente para que a administração possa contar com dados precisos para uma tomada de decisão correta e a prestação de contas aos cooperados de uma forma mais precisa possível. O objetivo do controle interno é oferecer condições para atingir o propósito de implementação de suas estratégias e garantir que possui operações eficazes e eficientes, que as suas atividades estão de acordo com as normas regulatórias aplicáveis e que seus ativos estão protegidos contra fraudes e roubos, e suas informações são verdadeiras e precisas para divulgação aos usuários.

Para Silva, Vasconcelos e Krening (2011, p 3): o controle interno deve incluir todas as pessoas da cooperativa, desde o funcionário do atendimento ao auditor interno e a diretoria. Segundo Attie (2010) o controle interno tem quatro objetivos básicos: a) Salvaguarda dos interesses da empresa; b) a precisão e confiabilidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais; c) O estímulo à eficiência operacional; e, d) a aderência as políticas existentes. O sistema de controle interno deve ser capaz de detectar irregularidades nas atividades desenvolvidas pela empresa. Desta forma, um controle interno eficiente deve ser capaz de identificar erros e fraudes e impedir que ocorram novamente.

2.3.1 Precisão e confiabilidade dos relatórios contábeis, financeiros e operacionais

Com relação à precisão e confiabilidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais, o controle interno tem por objetivo levar ao conhecimento da administração em tempo hábil, de forma precisa e confiável todo o evento ocorrido em cada segmento da empresa. A precisão e a confiabilidade dos informes objetivam fornecer informações adequadas, pontuais e precisas, necessárias para administrar e compreender eventos ocorridos dentro da entidade. Através destas informações serão tomadas as medidas em tempo hábil, e o administrador terá um prazo suficiente e informações corretas para evitar transtornos à empresa.

Documentação confiável	A utilização de provas independentes serve para comprovação mais segura de que as operações e os registros estão de forma exata;
Conciliação	Indica a precisão ou diferenças entre diversas fontes de informação, a fim de manter equilibrada entre estas e a eliminação tempestiva de possíveis pendências;
Análise	Objetiva a identificação da composição analítica dos itens em exame, de forma a possibilitar a constatação de sua composição;
Plano de Contas	Compreende a classificação dos dados da empresa dentro de uma estrutura formal de contas, com a existência de um plano de contas bem definido;
Tempo hábil	Determina o registro das transações em seu devido tempo de competência e no menor espaço de tempo possível;
Equipamento Mecânico	Visa facilitar e agilizar o registro de transações, fomentando a divisão de trabalho. Essa utilização deve ser feita de acordo com a necessidade da empresa;

FONTE: Adaptado de Attie (2010)

Quadro 3- Fatores de Precisão e Confiabilidade dos Informes e Relatórios

Quanto ao estímulo à eficiência operacional Attie (2010), relata que o controle interno tem como objetivo dispor meios necessários à condução das tarefas, de forma a obter entendimento, aplicação e ação tempestiva e uniforme. A empresa dispõe de procedimentos e normas para cada setor, porém é preciso que seja comunicada de forma clara e objetiva para que todos conheçam suas tarefas, para que a totalidade mova a empresa como um todo.

Seleção	Seleção de pessoal qualificado para exercer a função com eficiência;
Treinamento	Capacitação do pessoal para a função;
Plano de Carreira	Incentivando o pessoal quanto a possibilidade de remuneração e promoção de acordo com a política da empresa incentivando a motivação profissional e pessoal;
Relatórios de desempenho	Compreendem a identificação individual, indicando as virtudes e deficiências e sugerindo alternativas necessárias para o aperfeiçoamento.
Relatórios de horas trabalhadas	Possibilita a administração mais eficiente do tempo despendido pelo pessoal e indica mudanças necessárias;
Tempos e métodos	Possibilitam o acompanhamento mais eficiente de execução das atividades e regulam possíveis ineficiências;
Custo-padrão	Permite o acompanhamento do custo de produção de bens e serviços.
Manuais internos	Sugerem clara exposição dos procedimentos internos, normatização, prevenindo a ocorrência de erros e desperdícios.
Instruções formais	Indicam as instruções a serem seguidas, evitando duplas interpretações.

Fonte: Adaptado de Attie (2010)

Quadro 4-Fatores de Estímulo à Eficiência Operacional

O objetivo é que seja seguida a política definida pela administração para todos os procedimentos executados. Franco e Marra(2001, p.267) definem controles internos como todos os instrumentos destinados a vigilância, verificação e fiscalização da organização para prever, observar, dirigir acontecimentos dentro da empresa. Estes são os meios necessários para o acompanhamento e comprovação se realmente a política estabelecida pela administração está sendo seguida pelos funcionários da empresa, não bastando apenas estabelecer, e sim verificar se está sendo seguida para diminuição de ocorrência de erros.

2.3.2 Metodologia COSO (Committee of Sponsoring Organisations of the Treadway Commission)

Após muitos escândalos financeiros ocorridos, surge nos Estados Unidos em 1975, a National Commission on Fraudulent Financial Reporting (Comissão Nacional Sobre Fraudes em Relatórios Financeiros), com o objetivo de verificar as causas dessas fraudes nos relatórios contábeis financeiros (Fajardo e Wanderley, 2010). Ainda conforme Fajardo e Wanderley (2010), criado em 1992, o COSO, surgiu da preocupação de algumas entidades norte-americanas, em decorrência da identificação de fraudes nas demonstrações contábeis.

De acordo com Carpes e Oro (2010), para avaliar o controle interno em uma empresa, se faz necessário a adoção de metodologias adequadas para avaliar os riscos dos controles internos. Desse modo, as recomendações do COSO são tidas como referências para controles internos. Por controle interno, o COSO, entende como sendo um processo conduzido pela diretoria, conselho ou empregados de uma empresa, com o objetivo de prover uma razoável garantia com relação ao cumprimento de metas. Segundo Borgerth (2007, apud CARPES e ORO, 2010, p. 5): O COSO, “foi criado com a finalidade de assessorar a Comissão Nacional sobre Relatórios Financeiros Fraudulentos, trata-se de uma iniciativa privada independente, encarregada de estudar fatores que podem gerar relatórios fraudulentos”.

Para Jordão e Souza (2008), o COSO é tido como um processo gerido pelo conselho de administração e outras pessoas, desenhado para promover uma razoável segurança em relação à confiabilidade das informações financeiras, a obediência à legislação e à eficiência e eficácia das operações e poderia ser implementado a partir de cinco componentes:

- i) o ambiente de controle, que é a base do CI e se relaciona aos valores, formas de conduta, estrutura organizacional, ética, linhas de autoridade e responsabilidade, políticas de recursos humanos e cultura de controle da corporação;
- ii) a avaliação de riscos, que consiste na identificação e análise dos riscos mais relevantes para a empresa;
- iii) as atividades de controle, relativas aos procedimentos que buscam assegurar, em todos os níveis e atividades, que os objetivos possam ser atingidos;
- iv) a informação e a comunicação, destinadas a divulgar pelos canais e no momento adequados as questões necessárias à condução e ao controle do negócio; e
- v) o monitoramento, que deveria ser contínuo no curso das operações e atividades;

De acordo com Fajardo e Wanderley (2010, p.99): “A postura da alta administração desempenha papel determinante nesse componente, ao deixar claro para os seus comandados as políticas, procedimentos, códigos de ética e o código de conduta a serem adotados”.

2.4 Cooperativismo e cooperativismo no Brasil

O cooperativismo surgiu na Inglaterra por volta do ano de 1843, juntamente com a Revolução Industrial. Conforme Costa (2009, p.16), quando um grupo formado por vinte e oito tecelões de Rochdale, cidade de Manchester, na Inglaterra, reuniu-se com o objetivo de formar uma cooperativa que fornecia aos associados itens de consumo como a farinha, açúcar, dentre outras. Esta organização foi motivo de deboche dos comerciantes local, que diziam que a organização não iria prosperar. Em 1949 o número de cooperados subiu para 392 e em 1950 foi construído um moinho cooperativo.

Em solo brasileiro, o cooperativismo data no final do século XIX quando surgiram as primeiras cooperativas na região sul e sudeste do país. Estimulados por operários, funcionários públicos, dentre outros com o objetivo de suprir suas necessidades. A primeira cooperativa de crédito surge no ano de 1902, tendo como pioneiro o padre suíço Theodor Amstadt, no Rio Grande do Sul. A partir de 1906, desenvolveram-se cooperativas no meio rural, por produtores agropecuários e imigrantes que trouxeram em suas origens e pelas atividades familiares a cultura do trabalho para enfrentar os desafios de uma terra estranha.

Adesão Livre e Voluntária	Toda pessoa é livre a associar-se, mas estes devem seguir as normas impostas pela cooperativa em seu estatuto e regimento interno.
Gestão Democrática dos Sócios	Os sócios administram à cooperativa com base nas prioridades e objetivos definidos. Tem igualdade de voto, independente do valor do seu capital social.
Participação Econômica dos Sócios	A adesão é feita através da integralização de Capital Social. Quando a cooperativa apresenta resultados positivos, as sobras serão rateadas entre os associados proporcionalmente a suas operações.
Autonomia e Independência	A cooperativa é uma empresa autônoma que é controlada pelos seus sócios que definem suas metas e decisões sem a interferência governamental.
Educação, Formação e Informação	Os constantes treinamentos e desenvolvimentos culturais aos colaboradores, associados, conselheiros e diretores são a base desse princípio.
Cooperação entre Cooperativas	As cooperativas se ajudam mutuamente. Somente assim haverá um crescimento econômico, cultural e social da sociedade cooperativa.
Interesse pela Comunidade	As cooperativas preocupadas com o desenvolvimento onde estão instaladas, contribuem com a geração de empregos, e preservação do meio ambiente.

Fonte: Adaptado de Gawlak e Ratzke (2001)

Quadro 7: Princípios Cooperativistas

Os princípios cooperativistas foram criados por líderes e pensadores ingleses, baseados nos ideais da cooperação. Com a modernização e evolução da economia mundial, estes foram atualizados e reestruturados para a realidade do mundo atual. Os princípios cooperativos são as linhas que norteiam as cooperativas a desenvolverem seus valores na luta pela cooperação. O Quadro 7 irá elencar os princípios seguidos pelas sociedades cooperativistas:

Para Gawlak e Ratzke (2001, p.41), “acreditar, valorizar e participar da cooperativa, são aspectos fundamentais para ver, compreender e sentir a importância da união e fortalecimento do seu próprio negócio”. Os princípios seguidos e defendidos pela sociedade cooperativista que busca na sua união agregar força, valor e volume para se tornar mais competitivo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos objetivos esta pesquisa será descritiva, pelo fato da realização da coleta, exame e análise de dados da empresa em estudo, a interpretação e descrição das características. Gil (1999, apud BEUREN, 2008), a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou o estabelecimento de relações entre as variáveis.

Com relação aos procedimentos, o trabalho em desenvolvimento pode ser considerado como uma pesquisa de levantamento, pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. De levantamento, pois será feito a coleta de dados da população em análise através de questionários que serão aplicados aos Gerentes Administrativos e Coordenadores Administrativos de suas respectivas UAs. Conforme exposto por Gil (1999, apud BEUREN, 2008), “se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer, para obter as conclusões correspondentes aos dados coletados”.

Também é classificada como bibliográfica, pois o seu desenvolvimento deu-se mediante utilização de livros, artigos científicos e sites de pesquisa. Para Beuren (2008, p. 86), “a pesquisa bibliográfica é parte obrigatória, da mesma forma como em outro tipo de pesquisa”.

Quanto à abordagem do problema pode ser classificada como pesquisa qualitativa. “A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último” (BEUREN, 2008, p. 92). A pesquisa é classificada como qualitativa pois terá como foco na análise dos controles internos da Cooperativa de Crédito, buscando emitir uma opinião sobre a confiabilidade destes controles. Com relação à população pesquisada neste estudo será composta de doze Unidades de Atendimento ao Público, vinculadas a Cooperativa em análise, utilizando-se de informações disponibilizadas no ano de 2014.

A amostra escolhida desse trabalho será composta pelos colaboradores que exercem a função de Gerentes Administrativos Financeiros e Coordenadores Administrativos Financeiros os quais respondem pela área administrativa de sua respectiva Unidade de Atendimento.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Até o presente momento foram analisados 76,92% da amostra, ou seja, dos treze questionários enviados, foram respondidos 10 deles. Esta pesquisa analisou este percentual devido a pesquisa ainda estar em fase de conclusão. Realizando o levantamento dos dados demográficos da amostra, quanto ao sexo, 60% dos respondentes são do sexo feminino e 40% do sexo masculino. E quanto a idade, 10% possuem idade até 25 anos, 50% possuem idade entre 26 a 30 anos, 30% possuem idade entre 31 a 35 anos e 10% de 36 a 40 anos.

Quanto ao cargo/função exercida 40% exercem a função de Gerente Administrativo Financeiro e 60% como Coordenador Administrativo Financeiro. Quanto ao grau de escolaridade 60% possuem especialização em diversas áreas e 40% possuem graduação. A área de formação desta amostra está distribuída em 50% Ciências Contábeis, 20% Administração, 20% em Economia e 10% em outras áreas.

4.1 A Qualidade do Controle Interno da Cooperativa na Percepção dos Colaboradores, Levando em Consideração a Metodologia *Coso*

Foram analisados cinco componentes da metodologia *COSO*, na percepção dos colaboradores da Cooperativa de Crédito e Livre Admissão do Centro Sul do Paraná- SICREDI Centro Sul PR/SC. Foram disponibilizadas cinco alternativas de resposta conforme exposto abaixo:

1	2	3	4	5
Não Existe	Pouca Importância	Regular	Bom	Ótimo

Abaixo seguem os dados aplicados e com as devidas respostas até o momento analisadas. Iniciando pelo quadro 1, o qual refere-se ao ambiente de controle.

1 - Ambiente de controle: análise da cultura corporativa, através do padrão de conduta, atitude, consciência, competência e estilo.	1	2	3	4	5
Comunicação da importância dos controles internos aos colaboradores.	0	0	0	6	4
Código de conduta e ética, e o programa de cumprimento de regras.	0	0	0	8	2
Restabelecer o apropriado jargão “o exemplo vem de cima”	0	0	1	6	3
Conduzir programas de treinamento e conscientização	0	0	1	5	4
Estabelecer canais para comunicação aberta	0	0	1	5	4

Fonte: Adaptado de Carpes e Oro (2010)

Quadro 1: Ambiente de Controle

Analisando-se quanto a Comunicação da importância dos controles internos aos colaboradores foram obtidas (6) respostas como bom e (4) como ótimas. E quanto ao Código de conduta e ética, bem como o programa de cumprimento de regras, 80% da amostra analisada consideram bom e 20% como ótimo. Para a questão, restabelecer o apropriado jargão “o exemplo vem de cima”, que refere-se a espelhar-se no líder da equipe, obteve-se 60% do resultado como bom e a utilização de programas de treinamento e conscientização, 50% consideram bom e 40% ótimo, verificando-se que a Cooperativa investe bastante em treinamentos. Quanto a canais de comunicação entre gestores e colaboradores 50% consideram bom e 40% ótimo, analisando assim que é assegurada a liberdade aos colaboradores quanto a comunicação direta com seus gestores. O quadro 2 apresenta os resultados da avaliação de risco.

2. Avaliação dos riscos: identificação e análise pela Administração, dos riscos internos e externos mais relevantes para alcance dos objetivos operacionais.	1	2	3	4	5
Identificação dos riscos nos principais processos operacionais (manuais e informatizados).	0	0	1	7	2
Estabelecer Padrão Contábil significativo.	0	0	3	6	1
Respeitar regulamentações do ramo de atividade (normas e leis).	0	0	0	6	4
Análise das ocorrências de descumprimento de políticas e procedimentos da cooperativa.	0	0	1	5	4
Gerenciamento dos riscos do negócio (financeiro: mercado – liquidez e crédito-inadimplência e garantias).	0	0	1	4	5
Gerenciamento dos riscos nos processos (controles sobre os processos de fechamento demonstrações gerenciais).	0	0	1	6	3
Gerenciamento dos riscos na Auditoria Interna (permite a identificação de transações realizadas pela empresa que estejam em conformidade com as políticas determinadas pela administração.)	0	0	1	2	7

Fonte: Adaptado de Carpes e Oro (2010)

Quadro 2: Avaliação de riscos.

O percentual obtido de 70% considerado bom quanto a Identificação dos riscos nos principais processos operacionais, teve como resultado positivo, isso demonstra que o controle interno está alinhado com o processo operacional, como também se obteve este mesmo percentual de ótimo para o gerenciamento dos riscos na Auditoria Interna. Isto demonstra que as transações efetuadas estão sim seguindo o que fora determinado pela administração. O resultado obtido para a questão da padronização contábil de 30% de regular, preocupa devido a importância quanto ao cumprimento das normas e padrões contábeis. A avaliação de gerenciamento de riscos do negócio e de processos obteve somente 10% de regular cada uma, resultando na segurança do mercado e no processo de fechamento das demonstrações gerenciais. Também pode-se verificar quanto a regulamentação do ramo de atividade e descumprimento da política e procedimentos, que o controle interno é bastante eficiente sendo considerado como ótimo por 40% da amostra respectivamente.

3- Atividades de controle: políticas, procedimentos e práticas adotadas para assegurar que os objetivos operacionais sejam atingidos e as estratégias para atenuar riscos sejam executadas tempestivamente.	1	2	3	4	5
Aprovações, autorizações e verificações.	0	0	0	6	4
Revisão dos indicadores de desempenho.	0	0	1	5	4
Segurança dos ativos- Seguros Patrimoniais.	0	0	3	3	4
Segregação de funções.	0	0	4	5	1
Controle dos sistemas de informática. (Acesso, integridade, disponibilidade e infraestrutura, protocolo de internet e banco de dados, considerações de segurança).	0	0	1	7	2
Limites de autoridades (Exemplo: limite de alçada para pagamentos).	0	0	1	7	2
Reconciliações bancárias, verificações de contratos...	0	0	1	6	3
Documentação fidedigna e confiável.	0	0	1	5	4
Mapeamento dos controles internos através dos fluxogramas que determinem linhas de responsabilidades.	0	0	2	6	2
Políticas e procedimentos formais que apontem as instruções a serem seguidos pelo pessoal, evitando interpretações dúbias e mal entendidos.	0	0	0	6	4

Fonte: Adaptado de Carpes e Oro (2010)

Quadro 3: Atividades de controle

O quadro 3 apresenta resultado positivo quanto ao desempenho de atividades de controle, adotando procedimentos adequados para o atingimento das metas e objetivos. Pode-se observar que há duas questões que preocupam conforme analisadas acima. Uma delas refere-se a segurança dos ativos e a outra a segregação de funções. A primeira obteve 30%, e a segunda 40% de regular preocupando um pouco. Ambas devem ser reavaliadas devido a importância que as mesmas apresentam em uma instituição financeira principalmente. Podendo ser observado a importância das informações formais na visão dos colaboradores para evitar duplas interpretações e levando a ocorrência de erros. O quadro 4 elenca a importância da informação e comunicação dos administradores e gestores, a todos os níveis organizacionais. Abaixo segue o resultado obtido.

4-Informação e comunicação: troca de informação entre administração e os colaboradores. Onde a administração declara as novas diretrizes de controle, e os funcionários relatam os resultados, as deficiências e as questões geradas.	1	2	3	4	5
Comunicação com alta administração.	0	0	0	6	4
Disponibilidade das informações a todos os envolvidos.	0	0	0	7	3

Fonte: Adaptado de Carpes e Oro (2010)

Quadro 4: Informação e comunicação.

O resultado apresentado demonstra que há a satisfação dos colaboradores quanto a comunicação e informação repassada a eles com clareza e como também a importância do feedback entre a alta administração e os colaboradores. No quadro 5 são apresentados os resultados dos quesitos que indagaram o processo de monitoramento, quinto componente da metodologia COSO.

5 – Monitoramento: processo para estimar e avaliar a qualidade dos controles internos e verificar se estão adequadamente desenhados e monitorados. Executado pela administração, pelos colaboradores, ou pelas partes externas.	1	2	3	4	5
Verificação periódica dos controles internos.	0	0	1	6	3
Comunicação dos resultados da avaliação dos controles.	0	0	1	5	4
Atividade da Auditoria interna.	0	0	0	5	5

Fonte: Adaptado de Carpes e Oro (2010)

Quadro 5: Monitoramento.

O resultado obtido aponta que a avaliação do controle interno da Cooperativa está positivo, pois de nada adianta a entidade possuir, sem que o mesmo não seja avaliado, para certificar-se que está devidamente adequado a sua principal função, a de evitar fraudes e erros. Percebe-se que a avaliação dos controles internos e a atividade da auditoria interna também estão bem reconhecidos pelos colaboradores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desse estudo foi possível mostrar que a auditoria contábil apresenta-se como ferramenta indispensável, auxiliando na diminuição de possíveis erros e riscos e assim possibilitando maior controle administrativo. Também cumpriu com o objetivo de verificar a percepção dos colaboradores das Unidades de Atendimento da Cooperativa de Crédito em relação à qualidade dos controles internos.

Nesse sentido, o estudo demonstrou quanto à qualidade do controle interno que o resultado obtido aponta que a avaliação do controle interno da Cooperativa está positivo, pois de nada adianta a entidade possuir, sem que o mesmo não seja avaliado, para certificar-se que está devidamente adequado a sua principal função, a de evitar fraudes e erros. Percebe-se que a avaliação dos controles internos e a atividade da auditoria interna também estão bem reconhecidos pelos colaboradores.

REFERÊNCIA

ATTIE, W. Auditoria interna. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ATTIE, W. Auditoria conceitos e aplicações. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BANCO CENTRAL. O Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?red-cosif>>. Acesso em 18 set. 2013.

BEUREN, I. M. *et al.* Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade. 3. ed. SP: Atlas, 2008.

CARPES, A. M. S.; ORO, I. M. Análise do Ambiente de Controle Interno nas Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina: Uma investigação alicerçada na perspectiva da Metodologia COSO. In: CONGRESSO USP, 10.2010. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos102010/569.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE. Normas brasileiras de Contabilidade: Resolução CFC Nº 751, de 29 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://www.crc.org.br/legislacao/normas_tec/pdf/normas>. Acesso em: 15 jul. 2014.

COSIF. **Plano de Contas**. Disponível em: <<http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=cosif>>. Acesso em 28 mai. 2014.

COSTA, L. R. O. **O Tratamento Tributário do Ato Cooperativo e sua influência sobre os resultados nas cooperativas de crédito**: um estudo de caso em uma cooperativa de crédito. 2009. 53f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) Curso de Ciências Contábeis, da Faculdade Vale do Jurema, Juína, MT, 2009.

CREPALDI, S. A. **Auditoria contábil**: teoria e prática. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

FAJARDO, J.M. WANDERLEY, C. N. A. **Planejamento Estratégico e Auditoria de Gestão**: Similaridades com o Modelo COSO. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/viewFile>>. Acesso em 06 jun. 2014.

FRANCO, H.; MARRA, E. **Auditoria contábil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GAWLAK, A.. RATZKE, F. A. Y. **Cooperativismo**: filosofia de vida para um mundo melhor. Curitiba, Sescop/PR: Ocepar, 2001. Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.com.br/news/cenario-brasileiro/sistema-sicredi>>. Acesso em 30 mar. 2014.

IBRACON. **Auditor Independente**. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detInstitucional.php?cod=22>>. Acesso em 10 jul. 2014.

JORDÃO, R. V. D.; SOUZA, A. A. **Uma discussão sobre o papel da ética de resultados nos principais modelos internacionais de controle interno**. In: IV CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 2008. Disponível em: <http://www.excelenciaemgestao.org/Portals/2/documents/cneg4/anais/T7_0058>. Acesso em 06 jun. 2014.

PACHECO, M. S.; OLIVEIRA, D. R.; LA GAMBRA, F. **A história da auditoria e suas novas tendências**: um enfoque sobre governança corporativa. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/Semead/10semead/>>. Acesso em: 28 mai. 2014.

PORTAL DE CONTABILIDADE. **Normas Profissionais de Auditor Independente**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br>>. Acesso em 02 abr. 2014.

PORTAL COOPERATIVO. **Definição de Cooperativa**. Disponível em: <http://oces.org.br/default.php>> Acesso em 18 set. 2013.

PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. **Crescimento do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo**. Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/2014/04/cooperativas-financeiras-cresceram-21-em-2013-enquanto-o-sfn-cresceu-em-media-10>>. Acesso em 05 jun. 2014.

RODIL, R. J. **A contabilidade como ferramenta de controle interno na pequena e média empresas (PME)** in: Controles internos contábeis e alguns aspectos de auditoria/Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo. São Paulo: Atlas, 2000.

SÁ, A. L.: **Curso de Auditoria**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 1998.

SILVA, A. E.; VASCONCELOS, R. A; KRENING, J. **Controle interno de divulgação financeira** (demonstrações contábeis). São Paulo: 2011.

SILVA, T. C. **O adequado tratamento tributário ao ato cooperativo**. 2008. 72 f. Monografia para obtenção de título de Especialista em Economia das Sociedades Cooperativas, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, BA, 2008.

STRAPPAZZON, S. **A contribuição da auditoria interna para qualidade dos controles internos da Cooperativa de Crédito- SICREDI**. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)- Curso de Ciências Contábeis, Associação Juinense de Ensino Superior do Vale Juruena, Juina, Mato Grosso, 2009.